

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.008 - PR (2019/0138112-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE CURITIBA**  
**PROCURADORE** : **CARLOS AUGUSTO MARTINELLI VIEIRA DA COSTA -**  
**S** **PR015872**  
**HELOISA HELENA DE OLIVEIRA SOARES E OUTRO(S) -**  
**PR021415**  
**AGRAVADO** : **BAT SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - MASSA FALIDA**  
**REPR. POR** : **PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JUNIOR -**  
**ADMINISTRADOR**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo **MUNICÍPIO DE CURITIBA** contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ISQN. DESPACHO DE CITAÇÃO PROFERIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. INCIDÊNCIA DO ART. 174, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO CTN EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL. CRÉDITOS EXEQUENDOS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1986 E 1987. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA APENAS EM 08.03.1999. AÇÃO DE EXECUÇÃO PROPOSTA APÓS O DECURSO DE MAIS DE 10 ANOS DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO NÃO COMPROVADA NOS AUTOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE OUTRA CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRESCRIÇÃO MATERIAL CONFIGURADA NOS TERMOS DO ART. 174, *CAPUT*, DO CTN. CRÉDITOS EXTINTOS NOS TERMOS DO ART. 156, INCISO V, DO CTN. SENTENÇA MANTIDA. CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. IRRESIGNAÇÃO. PEDIDO DE AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO QUE ISENTE A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DO PAGAMENTO DE TODAS AS CUSTAS PROCESSUAIS COM EXCEÇÃO DA TAXA JUDICIÁRIA QUE TEM ISENÇÃO PREVISTA NO DECRETO Nº 962/1932, QUAL FOI DEVIDAMENTE OBSERVADA NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 173 e 174, ambos do Código Tributário Nacional, no que concerne ao transcurso do prazo prescricional, trazendo os seguintes argumentos:

Versa o art. 174 que a Execução Fiscal deve ser proposta dentro de um prazo de 5 anos, para que não reste configurada a prescrição:

**"Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.**

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal feita ao devedor;

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; (Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005)

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.."(grifos nossos)

No caso em tela, a Ação de Executivo Fiscal foi ajuizada dentro do prazo legalmente previsto, restando assim configurada a ofensa ao Artigo 174 do CTN.

A seu turno, dispõe o art. 173 quanto ao prazo decadencial de 5 anos de que dispõe o fisco para o lançamento do crédito, etapa necessariamente prévia ao ajuizamento:

**"Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:**

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

Deste modo, considerando que concede-se ao fisco o prazo de 10 (dez) anos para a promoção das medidas necessárias ao cumprimento da obrigação fiscal, elemento desconsiderado no respeitável acórdão, resta exposta a violação ao art. 173 do CTN (fls. 128/129).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aduz divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, o acórdão recorrido assim decidiu a questão:

No caso dos autos, a execução fiscal foi proposta em 21.01.2000 e a citação do executado foi ordenada em 16.02.2001, ou seja, ambas em data anterior àquela (09.06.2005) em que passou a vigorar a atual redação do art. 174, parágrafo único, inciso I, do Código Tributário Nacional.

Desse modo, no caso em apreço, a interrupção da prescrição se dá com a efetiva citação do devedor.

E, sobre a citação, insta mencionar que até a data em que a sentença foi proferida, em 09.01.2018 (mov. 12.1), não houve a angularização da relação processual.

Nada obstante, no presente caso, quando da propositura da ação de execução, verifica-se que os créditos já se haviam fulminados pela ocorrência da prescrição material.

No caso em apreço aplica-se a redação original do art. 174, parágrafo único, inciso I do Código Tributário Nacional, haja vista a execução fiscal ter sido ajuizada em 21.01.2000, ou seja, anterior a mudança trazida pela Lei Complementar nº 118/2005.

Verifica-se, portanto, que os créditos tributários referentes ao exercício de 1986 e 1987, os quais foram inscritos em dívida ativa apenas em 08.03.1999 conforme CDA nº 24.726/1999, já se haviam fulminados pela ocorrência da prescrição material nos termos do art. 174, *caput*, do CTN encontrando-se extintos nos termos do art. 156, inciso V do CTN.

O art. 174, *caput*, do CTN, dispõe que a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Veja que o dispositivo se refere à constituição definitiva do crédito, que não se confunde com sua inscrição em dívida ativa.

Não é razoável, portanto, crer que a constituição definitiva de crédito tributário, cujo fato gerador se deu em 1986 e 1987, apenas tenha ocorrido mais de 10 anos depois, ainda que se alegue a ocorrência de processo administrativo.

Note-se que a existência do processo administrativo, que seria uma causa interruptiva do prazo prescricional, deveria ser comprovada pelo exequente, com a juntada dos autos do P.A. aos autos da presente execução.

Contudo, não o fez.

Destarte, não é possível, por mera presunção, considerar a alegação aduzida pelo exequente quanto a existência do processo administrativo.

Assim, tendo em vista que se passaram mais de 10 anos entre a ocorrência do fato gerador e a propositura da presente ação de execução, sem que tivesse o exequente comprovado uma das causas de interrupção da prescrição, forçoso reconhecer que quando da propositura da presente ação executiva, os créditos já se haviam extintos pela ocorrência da prescrição material, nos termos do art. 156, inciso V, do CTN (fls. 105/107).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão totalmente dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata

compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp n. 1.394.624/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EAREsp n. 740.722/SE, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/12/2017; e REsp n. 1.722.691/SP, relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 15/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide novamente o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou que: “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ainda que assim não fosse, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado.

Nesse sentido, o STJ fixou que: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

1/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

